



Esse estudo se dedica à compreensão do modo como deve se processar a distribuição dos royalties e participações especiais decorrentes da exploração do petróleo, nos termos do §1º do art. 20 da Constituição. Em especial, procurou-se compatibilizar essa disposição constitucional com a circunstância de a Lei nº 12.351/2010, que disciplina a exploração do petróleo sob o regime de partilha, não encartar critério de distribuição dessas participações governamentais aos Estados e Municípios, como determina a Constituição, o que se agrava pela circunstância de as discussões atualmente travadas em âmbito político-parlamentar não apontarem para a edição de norma válida sobre o tema. O que se propõe, em tal conjuntura, é a atribuição ao ordenamento jurídico-positivo de interpretação conforme a Constituição, como forma de suprir semelhante omissão legislativa, pela via da aplicação à exploração de petróleo sobre os regimes de concessão e partilha dos critérios de distribuição de recursos previstos na Lei nº 9.478/1997, que disciplina a exploração do petróleo sobre o regime de partilha.

CLAUDIO MADUREIRA

ROYALTIES DE PETRÓLEO E FEDERAÇÃO

Área específica:

Direito Constitucional.

Áreas afins:

Direito Financeiro. Exploração de Petróleo.
Participações governamentais.

Público-alvo:

Advogados públicos e privados. Membros do
Ministério Público e da Magistratura. Estudantes de
Direito. Operadores do Direito em geral.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 1000294

M183r	Madureira, Claudio <i>Royalties de petróleo e federação</i> . Belo Horizonte : Fórum , 2012. 157 p. ISBN 978-85-7700-583-3 1. Direito constitucional. 2. Direito financeiro. 3. Exploração de petróleo. 4. Participações governamentais. I. Madureira, Claudio. CDD: 342.02 CDU: 342
-------	---

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MADUREIRA, Claudio. *Royalties de petróleo e federação*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 157 p. ISBN 978-85-7700-583-3.

CLAUDIO MADUREIRA

Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor da Escola Superior da Advocacia da OAB/ES, da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (ESPGE) e do Centro de Formação para a Advocacia Pública da Associação dos Procuradores do Estado do Espírito Santo (APES). Procurador do Estado do Espírito Santo. Advogado.

SUMÁRIO DO LIVRO:

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

IMPORTÂNCIA TEÓRICA E PRÁTICA DA EXTENSÃO DA DISCUSSÃO RELATIVA À DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO TAMBÉM AOS JURISTAS E AOS APLICADORES DO DIREITO

CAPÍTULO 2

O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 20 DA CONSTITUIÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO ÀS UNIDADES FEDERADAS DOS *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS ADVINDOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

CAPÍTULO 3

O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E A DISTRIBUIÇÃO ÀS UNIDADES FEDERADAS DOS *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS ADVINDOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

CAPÍTULO 4

O PRINCÍPIO FEDERATIVO E A DISTRIBUIÇÃO ÀS UNIDADES FEDERADAS DOS *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS ADVINDOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

CAPÍTULO 5

O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E A DISTRIBUIÇÃO ÀS UNIDADES FEDERADAS DOS *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS ADVINDOS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

CAPÍTULO 6

PROPOSTA TEÓRICA PARA CONFERIR OPERATIVIDADE À LEGISLAÇÃO ATINENTE À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO PAÍS

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTO